

DEMOCRACIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

MARCA PASSO NO GOVERNO DILMA

Por Victória Mantoan

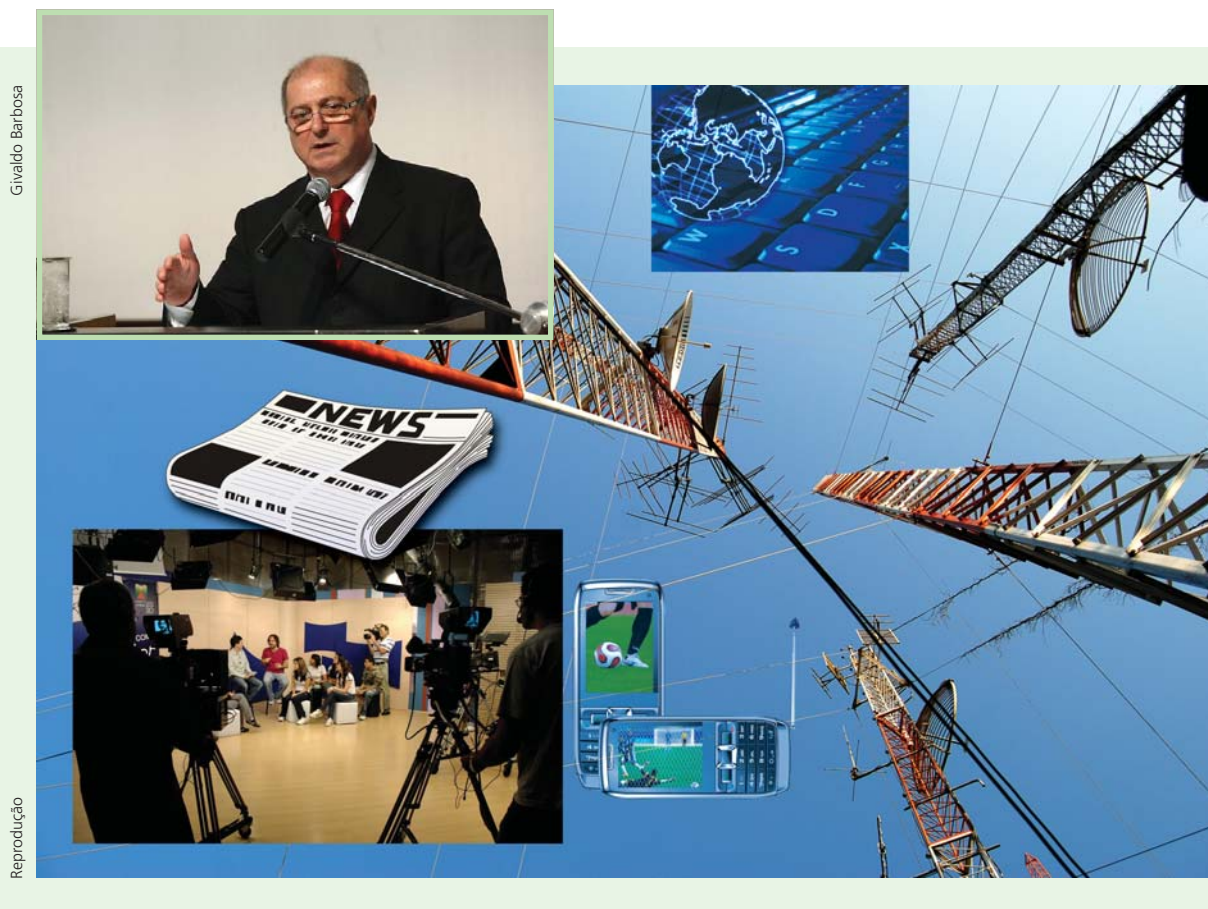
Muito se tem comentado a respeito do projeto de Marco Regulatório que está sendo discutido pelo governo federal. O ministro Paulo Bernardo deu algumas declarações a respeito do conteúdo do projeto, mas o texto em si ainda não veio a público. É preciso, entretanto, pontuar algumas coisas sobre o conteúdo do projeto. Assim, Bia Barbosa, do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, nos esclarece o assunto. O ministro da comunicação fala da criação de um órgão regulador das concessões de rádio e TV, que funcionem em âmbito nacional, mas com uma atuação diferente das propostas que já foram vistas no que diz respeito à criação de Conselhos Estaduais ou de um Conselho Nacional de Comunicação.

O ministro que foi indicado pela presidente Dilma não fala de um espaço de discussão sobre políticas públicas para a comunicação com a sociedade civil, ele fala de um órgão nos moldes da ANATEL, cujos integrantes seriam indicados pela presidente. Atualmente a luta pelos Conselhos Estaduais de Comunicação acontece paralelamente à elaboração desse marco regulatório.

A luta pelo Conselho Nacional de Comunicação – A sociedade civil e as entidades defensoras do direito à comunicação há muito tempo defendem a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, que seria um espaço de discussão, onde necessariamente haveria representação da sociedade civil e de outros poderes. Seria o principal órgão de definição de políticas públicas no setor de comunicação, semelhante aos conselhos que temos hoje, no Brasil, como o de saúde. Passou a ser uma das pautas centrais, então, garantir uma resolução na Confecom que falasse da criação desse Conselho. Em 2009, apesar da resistência que existia por parte dos empresários do setor, essa resolução foi aprovada. Vale ressaltar que a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), ANJ (Associação Nacional de Jornais) e ANER (Associação Nacional dos Editores de Revista) foram convidadas a participarem da Conferência e se retiraram do processo, partindo para uma enorme ofensiva contra essa iniciativa. Acontece que, além de ter sido uma resolução extremamente genérica, foi aprovada a mais de um ano e até agora nada saiu do papel.

O discurso da grande mídia – “Os grandes veículos argumentam que mídia é assunto de especialista e deve ser discutido por tais e não pela sociedade civil, ainda que ela seja diretamente atingida nesse processo”

Desde que se iniciou a luta para que órgãos reguladores sejam criados, a grande mídia combateu essas iniciativas. O maior argumento utilizado é que criar órgãos de avaliação dos meios de comunicação seria uma forma de cercear a liberdade de expressão, deixando o projeto com um caráter inconstitucional. “Os grandes veículos argumentam que mídia é assunto de especialista



Givaldo Barbosa

Reprodução

e deve ser discutido por tais e não pela sociedade civil, ainda que ela seja diretamente atingida nesse processo”, coloca Bia. Para fazer frente à Criação dos Conselhos Estaduais, seus argumentos são os de que a legislação, no que concerne à comunicação, deve ser deliberada no âmbito nacional, não podendo ser decidida por um órgão estadual. Porém, não se leva em consideração nesse argumento os vários assuntos sobre meios de comunicação que dizem respeito a políticas públicas estaduais, como o acesso à internet.

O que a constituição prevê – A nossa Constituição prevê a existência de um Conselho de Comunicação Social, como um órgão auxiliar do congresso, de caráter consultivo e não deliberativo. Esse conselho “existe”. Foi criado muito tempo depois de a Constituição entrar em vigor e está desativado desde 2006, quando o mandato dos conselheiros venceu e a mesa do senado não convocou a escolha de novos membros. O Conselho não funciona há cinco anos e, muito embora o Congresso não precisasse ouvir às suas colocações, foi pauta da Confecom de 2009 a reabertura desse Conselho, que até o momento não ocorreu. “Se a própria Constituição prevê a existência de um Conselho, ainda que seja apenas consultivo, é obvio que discutir a comunicação não é cercear a liberdade de expressão”, diz Bia.

O que saiu do papel: Conselhos Estaduais de Comunicação – No ano passado vários deputados apresentaram, nas Assembleias Legislativas, propostas de criação de Conselhos Estaduais de Comunicação. Aqui em São Paulo,

essa iniciativa se deu pelos deputados Antonio Mentor, do PT, e Edmir Chedid, do DEM. O deputado Edmir foi quem presidiu a Conferência, como presidente da Comissão de Transportes e Comunicações, que ficou encarregada pela ata estadual. Ao final da Confecom ele apresentou um projeto de criação de um Conselho Estadual, que deveria agir paralelamente ao Conselho Nacional. Os grandes meios de comunicação, diante dos avanços na luta pela criação desses órgãos, começaram a investir em campanha contra essas iniciativas. Como a nova legislatura entrou em vigor no dia 11 de março, os autores desses projetos devem pedir seu desarquivamento. O deputado do PT já fez o pedido e o Edmir já está sendo contatado para fazer o mesmo.

O que aconteceu no Ceará – Na Assembleia Legislativa do Ceará, o projeto de criação do Conselho Estadual de Comunicação foi aprovado sem nenhuma resistência. Porém, diante do bombardeamento da grande mídia, colocando esses projetos como inconstitucionais, o governo acabou vetando o projeto, ainda que existam prerrogativas de assuntos que podem ser deliberados no âmbito estadual, sem ferir a Constituição.

O processo do Marco Regulatório do ministro pode surpreender a todos nós, mais ainda está numa etapa de formulação. É preciso entender que as iniciativas quanto à regulamentação da comunicação são independentes e que a luta pela democratização da comunicação está inserida em cada uma delas, apenas por modelos e vias distintas.